

COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAO

Estudo Técnico Preliminar 127/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08203.000411/2025-97

2. Descrição da necessidade

2.1. Fornecimento continuado de porta funcionais que compõem o conjunto de identificação funcional - CIF da Polícia Federal.

Em 2025, houve realização de novos concursos públicos para a Polícia Federal, um para carreiras policiais e outro para carreiras administrativas. Para o exercício das atividades na instituição, seus servidores necessitam de um documento de identificação funcional, composto por cartão de identificação e porta funcional, que além de identificar, garante o direito ao porte de arma, bem como o acesso aos locais de fiscalização da polícia, conforme cargo, atribuição e normativos vigentes.

Os itens que atualmente integram o conjunto de identificação funcional (CIF) dos servidores da Carreira Policial Federal e do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal (PECPF), destinada à carreira de servidores administrativos, estão regulamentados por meio da Instrução Normativa nº 112/2017-DG/PF, de 08/03/2017, publicada no Boletim de Serviço nº 047, de 9 de março de 2017.

O serviço de expedição de documentos funcionais é contínuo por se tratar de substituições por demanda dos servidores, ou primeira investidura. Segundo levantamento do setor responsável pelas emissões, há estoque limitado, para emissão de novos CIFs, o que demandou o início de uma nova compra ainda no ano de 2025.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPEX/DSEG/INI/DPA/PF	Joselito Carneiro Neves

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1.1. Exigências legais

- Exigência de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF /APP, pois conforme Anexo I da IN 23 de 2024 do Ibama, o código 10-3 é descrito como: Fabricação de artefatos diversos de couros e peles.

4.1.2. Matéria-prima e insumos

- Couro de origem controlada, oriundo de fornecedores que adotem práticas de rastreabilidade e que não estejam vinculados ao desmatamento ilegal.
- Utilização de insumos (colagens, tintas, pigmentos) com baixo teor de compostos orgânicos voláteis (COVs) e livres de metais pesados nocivos.

4.1.3. Processo produtivo

- Tratamento adequado de efluentes gerados na cadeia de produção do couro, em conformidade com a legislação ambiental.

4.1.4. Durabilidade e qualidade do produto

- Os porta funcionais devem apresentar resistência e acabamento que garantam longa vida útil, reduzindo a necessidade de substituição frequente e, conseqüentemente, o descarte de resíduos.
- Devem ser produzidos com costura reforçada e materiais que mantenham as características de forma, cor e resistência ao longo do tempo.
- Todos os detalhes construtivos, os padrões de resistência mecânica e requisitos técnicos devem obedecer ao ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

4.1.5. Gestão de resíduos e logística reversa

- Necessário apresentar plano de logística reversa para as embalagens plásticas, conforme Decreto 12.688, de 21 de outubro de 2025.
- Não é necessário apresentar programa de logística reversa para os demais componentes, pois o objeto dessa contratação não possui os materiais que constam no rol do Art. 33 da Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
- A destinação final do material é de responsabilidade da Polícia Federal, por se tratar de um item de segurança institucional.

4.1.6. Embalagem sustentável

- As embalagens utilizadas devem ser reduzidas ao mínimo necessário e confeccionadas em material reciclável ou proveniente de fonte renovável, evitando plásticos de uso único sempre que possível.

4.1.7. Critérios de segurança química (toxicidade):

Quanto a toxicidade, devem ser demonstrados resultados de ensaios laboratoriais para testes de:

- **Cromo VI: 0 – 3 mg/kg**
- **Formaldeído: ≤ 75 mg/kg**
- **Metais pesados: dentro dos limites REACH/EN 71-3VOC total: $\leq 0,5-1,0$ mg/m³**

Quanto a emissão de COV, devem ser demonstrados resultados de ensaios laboratoriais para testes de:

- COV Total (TVOC) $\leq 1,0$ mg/m³ (limite aceitável)
- Emissão de formaldeído $\leq 0,1$ mg/m³
- Aldeídos totais ≤ 50 µg/m³
- Emissão de solventes residuais de colas: não devem exceder 50–100 µg/m³ conforme substância.

4.2. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS OU EMPRESAS EM CONSÓRCIO

Não existe vedação para participação de cooperativas, ou empresas reunidas em consórcio, em relação à contratação em estudo, desde que atendam aos mesmos critérios de habilitação jurídica, técnica, fiscal e trabalhista exigidos das demais licitantes.

4.3. ESCOLHA DAS PROPOSTAS

Encerrada a fase de lances, a licitante melhor classificada terá o prazo limite de **30 (trinta) dias corridos** após a solicitação do Pregoeiro no chat, para encaminhar as amostras de porta funcionais acompanhada de catálogo técnico, que demonstre que as amostras atendem as especificações do Edital - ao Serviço de Preparação e Expedição de Documentos Funcionais–SEPEX, localizado no SAIS - Área 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília/DF, tel.: (61) 2024-9311/2024-9431 /9895, em horário comercial

Caso justificado, o prazo estabelecido poderá ser prorrogado por até 20 (vinte) dias úteis a critério da Administração. Caso as amostras da licitante melhor classificada não sejam aceitas, será convocada a sua sucessora e assim por diante até que seja selecionada empresa que apresente amostras que atendam a todas as exigências constantes no Termo de Referência e devidamente atestadas pelo SEPEX.

4.4. AMOSTRAS

As amostras deverão estar acondicionadas individualmente em embalagem lacrada, e devidamente identificadas com os dados da empresa licitante, número do Pregão, e dispor, na embalagem, de informações quanto às características do item ou itens correspondentes, tais como data de fabricação, quantidade e modelos, bem como estar acompanhadas de catálogo ou folhetos do fabricante contendo informações técnicas detalhadas sobre as amostras para fins de comprovação do atendimento às especificações exigidas no Termo de Referência.

A contratante deverá analisar as amostras em até 15 (quinze) dias úteis, expedindo comunicado acerca da aprovação ou reprovação das amostras durante esse prazo. Os porta funcionais apresentados como amostras serão abertos para análise e, em caso de aprovação, não serão contados como parte do total a ser entregue posteriormente, cabendo a despesa para confecção a cargo da empresa. Será necessária apresentação de amostras para todos os materiais especificados no Termo de Referência, devendo ser apresentadas para análise 01 (uma) amostra de porta funcional para cada um dos cargos, **totalizando 10 (dez) amostras: AGENTE, DELEGADO, ESCRIVÃO, PERITO, PAPILOSCOPISTA e ADMINIDTRATIVO**; incluindo as variações de gênero para o feminino apenas nos seguintes casos: **DELEGADA, ESCRIVÃ, PERITA e ADMINISTRATIVA**.

A numeração das amostras entregues deverá ser sequencial a partir de 00001. Serão rejeitadas as amostras que apresentarem divergências em relação às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência. As amostras rejeitadas serão arquivadas no SEPEX pelo prazo de 01 (um) ano, a ser contado da data da homologação do certame, sendo o SEPEX encarregado por sua futura destruição. Enquanto não expirado o prazo para entrega das amostras, a licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações nos produtos apresentados. A avaliação de cada produto será feita com base na amostra fornecida e na documentação oficial do fabricante. Serão efetuados testes e verificações de conformidade e resistência das amostras apresentadas pelos licitantes até que sejam consideradas aceitas pela Administração.

Os porta funcionais apresentados como amostras deverão ter, obrigatoriamente, as mesmas características técnicas dos produtos que serão posteriormente entregues pela CONTRATADA. Mediante análise da amostra, se constatada tentativas de lesar a Administração por crimes inseridos nos incisos I, II e III do Art. 337-L da Lei 14.133/2021, a licitante responsável pela amostra será imediatamente desclassificada, sem prejuízo de outras sanções administrativas e criminais. A exigência de apresentação de amostras é devida pela necessidade de padronização dos documentos de identificação funcional da Polícia Federal, cuja prerrogativa no caso do cargo dos Policiais Federais, confere a seu portador porte de arma e franco acesso a locais sujeitos à fiscalização pública.

Nesse diapasão, o produto a ser contratado não poderá conter alterações em relação aos demais conjuntos de identificação funcional, permitindo o imediato reconhecimento pelos diversos órgãos públicos e privados. Os porta funcionais entregues como amostras serão analisadas pela Administração que, a seu critério, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, poderá consultar órgão oficial para manifestação técnica e, se consideradas aprovadas, não farão parte do quantitativo total a ser entregue posteriormente, quando solicitado. O SEPEX emitirá declaração opinando sobre a aprovação ou não das amostras, para cada item, com a finalidade de subsidiar e fundamentar a decisão do Pregoeiro, no que tange à conformidade e qualidade dos produtos apresentados.

4.4.1. Julgamento das amostras

No julgamento das amostras serão considerados os seguintes critérios:

- O atendimento às especificações constantes no Termo de Referência.
- O parecer técnico emitido por órgãos oficiais, no caso da realização de consulta, à critério da Administração.
- A empresa que vier a vencer o processo licitatório deverá confeccionar e fornecer PORTA FUNCIONAIS conforme modelo e especificações previstas no anexo II da IN 112/2017 - DG/PF.

Em caso de rejeição da amostra, a licitante terá o prazo de **3 (três) dias** para apresentação de recurso.

Os prazos para decisão sobre o recurso e apresentação de contrarrazões serão os dispostos nos parágrafos 2º, 3º e 4º do Art. 165, da Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

4.5. PARÂMETROS MÍNIMOS A SEREM SEGUIDOS

O objeto entregue deve estar conforme as amostras analisadas, acompanhado de laudo técnico emitido por laboratório credenciado /acreditado pelo INMETRO, afirmando que os materiais analisados apresentam conformidade com as exigências do ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

4.6. FORMA DE SOLICITAÇÃO DE ITENS

A Contratante solicitará, mediante ordem de serviço enviada por e-mail da CONTRATADA, o fornecimento de quantitativo por cargo, de acordo com sua demanda e conveniência.

A empresa vencedora tem o prazo para o fornecimento dos porta funcionais em até **60 (sessenta) dias corridos** a partir do recebimento da ordem de serviço.

A CONTRATADA entregará os porta funcionais separados por cargo e devidamente acondicionadas individualmente em sacos plásticos com a identificação do código numérico e por fora das caixas de papelão uma etiqueta indicando o nome da empresa, data de entrega, função gravada nos brasões que estão na caixa e a sequência numérica dentro de cada caixa. A CONTRATADA deve realizar a entrega dos porta funcionais em sequência numérica crescente.

Para melhor proteção do plástico incolor afixado na aba nº 2, visão interna, a CONTRATADA deverá incluir um papel comum, nas dimensões de 90 mm x 70 mm na sua parte interna, que será removido quando da utilização do porta funcional.

4.7. SUBCONTRATAÇÃO

É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

- É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;
- Poderá ser subcontratada somente o item da FIGURA 5 e 6 (brasão em lata), do ANEXO I, cujas especificações estão dispostas nos itens 9, e itens 17 ao 26, do mesmo documento.

- A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.8. INDICADORES DE QUALIDADE

Indicador n.º 01 - Porta funcionais com erros de confecção	
Finalidade	Garantir maior qualidade no processo de produção.
Meta a cumprir	Índice de erro menor do que 0,03
Instrumento de medição	Contagem de porta funcional com erro de confecção, entregues ao SEPEX, será feita a cada 100 unidades.
Forma de acompanhamento	Servidores designados pela Contratante verificarão visualmente todos os porta funcionais entregues. Mensalmente, será produzido relatório com os erros verificados. O recebimento por verificação visual do porta funcional, não exime a CONTRATADA em eventual substituição do porta funcional quando o defeito de fabricação for verificado no uso.
Mecanismo de Cálculo	O número de porta funcionais com erros de confecção/100 = X.
Início de Vigência	Data da publicação do extrato do Contrato.
Faixas de ajuste no pagamento referente aos cartões fornecidos na Ordem de Serviço em que ocorreu a constatação da desconformidade	Se X menor ou igual a 0,03 → 100% do valor dos porta funcionais Se X maior a 0,03 e menor a 0,05 → 95% valor dos porta funcionais fornecidos Se X igual ou maior a 0,05 e menor a 0,08 → 90% valor dos porta funcionais fornecidos S e X maior de 0,08 → 85% valor dos porta funcionais fornecidos
Indicador n.º 02 - Capacidade de atendimento da demanda	
Finalidade	Garantir o atendimento da demanda.
Meta a cumprir	Conforme Ordem de Serviço emitida pela CONTRATADA.
Instrumento de medição	Contagem dos porta funcionais entregues por Ordem de Serviço

Forma de acompanhamento	Um servidor designado pela Contratante controlará o número de porta funcionais fornecidos, de acordo com planilha de controle de numeração sequencial por cargo enviada pela CONTRATADA.
Mecanismo de Cálculo	Número de porta funcionais fornecidos/números de pedidos enviados para a confecção = X
Início de Vigência	Data da publicação do extrato do Contrato.
Faixas de ajuste no pagamento referente aos cartões fornecidos na Ordem de Serviço em que ocorreu a constatação da desconformidade	<p>Se X igual ou maior que 0,95 → 100% do valor dos porta funcionais fornecidos.</p> <p>Se X menor que 0,95 e maior ou igual a 0,90 → 95% do valor dos porta funcionais fornecidos.</p> <p>Se X menor que 0,90 ou maior ou igual 0,80 → 90% do valor dos porta funcionais fornecidos.</p> <p>Se X menor que 0,8 → 85% do valor dos porta funcionais fornecidos.</p>

5. Levantamento de Mercado

5.1. ANÁLISE DE ALTERNATIVAS

Desde a modernização do CIF da Polícia Federal, a Instituição já firmou três contratos, o primeiro, com duração até 20/08/2018, de número 12/2017 - COAD/DLOG, o segundo de número 44/2019 cujo término ocorreu em 24/10/2021 e o terceiro, contrato número 06 /2023 - CGAD/DLOG, que durou até 14/03/2025.

Para o atendimento da demanda especificada, foram levantadas as seguintes alternativas:

Alternativa 1 - Aquisição dos serviços com entrega total: Esta forma de aquisição implica na entrega da totalidade dos serviços que se pretende adquirir em uma única parcela, após a assinatura do contrato ou envio da Nota de Empenho (nos casos em que o Termo de Contrato for dispensado):

- a) Pontos Positivos: esta alternativa facilita a gestão e fiscalização da contratação, uma vez que a entrega se dá em sua totalidade;
- b) Pontos negativos: não atende à necessidade de fornecimento para os servidores da Polícia Federal, por se tratar de substituições por demanda dos servidores.

Alternativa 2 - Aquisição dos serviços com entrega parcelada: Esta forma de aquisição implica na entrega parcelada dos serviços que se pretende contratar, após a assinatura do contrato ou envio da Nota de Empenho (nos casos em que o Termo de Contrato for dispensado):

- a) Pontos Positivos: esta alternativa atende à necessidade de fornecimento para os servidores da Polícia Federal, por se tratar de substituições específicas e pontuais por demanda dos servidores;
- b) Pontos negativos: a contratada pode apresentar dificuldades na aquisição de insumos para entrega parcelada.

Alternativa 3 - Adesão a Ata de Registro de Preços:

- a) Pontos positivos: A participação como órgão não participante, denominado "carona", teria como vantagem a economia processual e de tempo;
- b) Pontos negativos: esta alternativa não é viável neste caso específico, uma vez que os requisitos da licitação e as especificações do objeto são diferentes em cada órgão, razão pela qual dificultaria a adesão à Ata de órgão diverso.

5.2. CONSULTA OU AUDIÊNCIA PÚBLICA

A consulta ou audiência pública foi dispensada pelo fato de o objeto ser comumente contratado por demais Órgãos Públicos, seus requisitos serem comuns e a demanda ser amplamente conhecida pelo mercado.

5.3. JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA

A solução escolhida é a **Alternativa 2 - Aquisição do objeto com entrega parcelada**, por ser a que melhor atende a Polícia Federal, contemplando a demanda de primeira investidora do novo concurso de 2025 e as demandas subsequentes e concomitantes, resultantes de eventuais substituições.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A modalidade **pregão eletrônico** foi escolhida pelo entendimento de que a confecção de porta funcional se enquadra como “bens e serviços comuns”, definidos na Lei nº 14.133/2021, uma vez que as especificações dos materiais (couro bovino, papel, fios de poliéster, linha de poliamida, visores de plástico PVC, latão não ferroso, etc.), bem como, as dimensões e impressões utilizadas para a confecção dos porta funcionais e definidas neste ETP são compatíveis com os padrões usualmente adotados pelo mercado de carteiras (porta funcionais), brasões, distintivos e descrevem objetivamente os padrões de qualidade e desempenho a serem oferecidos.

6.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento para a contratação da empresa será aquele que apresentar o **menor preço** unitário, haja vista que trata basicamente do mesmo produto, diferindo apenas na distribuição dos caracteres no Distintivo da Polícia Federal. Trata-se de bem de fornecimento continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

Após a conclusão do levantamento de mercado e do estudo de diferentes cenários, a solução escolhida foi: a realização de pregão eletrônico para contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento continuado de PORTA FUNCIONAIS para compor o conjunto de identificação funcional dos servidores da Polícia Federal.

Por motivos de segurança, o porta funcional deverá conter uma gravação a laser com o emblema da Polícia Federal e numeração sequencial, indexando a capa de couro com o emblema metálico. Assim sendo, não é possível a previsão de prioridade de aquisição das cotas reservadas, que acarretaria em prejuízos no controle e segurança.

6.3. ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO BEM DE LUXO

O objeto da presente contratação NÃO se enquadra como bem de luxo, conforme definido no Art. 2º do Decreto Nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

6.4. VIGÊNCIA DO CONTRATO

Trata-se de contratação de empresa para fornecimento continuado de bens, tendo em vista que a solicitação de confecção do Porta Funcional será realizada conforme demanda permanente da Instituição considerando o ingresso de novos servidores, aposentadorias, trocas previstas, perdas e extravios.

O prazo de vigência da contratação, portanto, é de **12 meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Nº 14.133/2021, tendo em vista a vantajosidade para administração pública e a economia processual.

6.5. CARACTERÍSTICAS DO OBJETO A SER CONTRATADO

O Porta funcional será composto de um corpo principal formato tipo “livro” (abertura vertical) em couro medindo aberto 150 x 100 mm, +- 2,0 mm, e fechado 75 x 100 mm, +- 2,0 mm aberto, tendo 2,5 mm de espessura, +- 0,5 mm. Na capa haverá uma gravação em baixo relevo, sem uso de tinta ou película, devendo ser centralizada no livro nas suas dimensões horizontal e vertical, e feita de forma homogênea. A profundidade aplicada deve ser uniforme e feita de maneira que garanta a qualidade do porta funcional e a perfeita legibilidade dos dizeres em condições normais de uso.

Na parte superior ao centro haverá a gravação do “BRASÃO ARMAS DA REPÚBLICA” medindo 35mm de altura x 32,67 mm de largura, +- 1,0 mm, e logo abaixo do mesmo haverá outra gravação em linha reta com letra modelo Arial de 7,0 mm de altura com os dizeres “POLÍCIA FEDERAL”, +- 0,5 mm.

Internamente, na aba nº 1, em forma de bolso, será afixado o distintivo, emblema + listel do cargo, da Polícia Federal em metal, medindo o emblema 45 mm de altura x 36 mm largura, +- 1,0 mm, e o listel do cargo, medindo 8 mm de altura x 36 mm de largura, +- 0,5 mm.

As cores do emblema e demais requisitos técnicos deverão seguir o padrão da Polícia Federal, conforme ANEXO I- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Contextualização institucional

O Serviço de Preparação e Expedição de Documentos Funcionais (SEPEX/DSEG) é a unidade responsável pela gestão integral dos documentos de identificação funcional no âmbito da Polícia Federal. Suas atribuições incluem:

- a. emissão de Conjunto de Identificação Funcional (Cartão de Identidade Funcional + Porta Funcional);
- b. substituição e recolhimento de materiais danificados ou descontinuados;
- c. controle de extravios, perdas e renovações;
- d. destruição de documentos invalidados ou devolvidos, conforme a IN nº 112/2017-DG/PF.

O setor atende às demandas decorrentes das rotinas administrativas, dos processos de movimentação de pessoal e, principalmente, dos concursos públicos, que representam picos expressivos de emissão. Cada novo servidor requer a emissão de um conjunto completo de identificação funcional, o que torna indispensável o planejamento antecipado da aquisição de porta funcionais (couro e brasão).

As emissões funcionais ocorrem em diversas situações, incluindo:

- ingresso de novos servidores efetivos;
- reposições motivadas por extravio, roubo, furto ou desgaste natural;
- alterações de dados cadastrais;
- mudança de cargo;
- aposentadoria;
- renovações por decurso de validade;
- restrição ao porte de arma;
- substituições administrativas diversas.

Esse conjunto de fatores gera uma demanda permanente — **ordinária** — que se mantém relativamente estável ao longo dos anos. Entretanto, as demandas **extraordinárias**, especialmente as oriundas de concursos públicos, podem elevar substancialmente o número anual de emissões, exigindo planejamento adequado de estoques.

7.2. Série histórica de emissões

Para a estimativa do consumo anual de porta funcionais, foram analisadas as emissões realizadas entre os anos de 2020 a 2025. Com base nesses dados, verificou-se que o SEPEX emite em média 1.720 CIFs ao ano.

Cálculo do consumo médio anual (CMA) histórico											
Ano	Alteração dos dados pessoais	Desgaste	Extravio, Furto ou Roubo	Fim da restrição ao porte de arma	Mudança de Cargo	Nova Carteira Funcional	Pedido de Aposentadoria	Primeira Investidura	Decurso da Validade	Outros	TOTAL
2020	18	42	86	0	0	150	222	234	0	0	752
2021	32	70	132	19	30	213	421	329	6	24	1.276
2022*	56	135	187	21	28	427	356	2.117	60	24	3.411
2023*	60	178	182	26	19	294	354	951	1.044	27	3.135
2024	52	139	134	51	4	59	399	57	274	13	1.182
2025	46	131	145	2	10	84	62	0	84	2	566
Média	44	116	144	20	15	205	302	615	245	15	1.720

Foi possível observar também que o volume anual apresentou estabilidade nos anos sem concursos e que picos significativos ocorreram nos 2022 e 2023, decorrentes da entrada dos servidores do Concurso PF-2021, ressaltando-se que os dados de 2025 ainda são parciais.

7.3. Demanda extraordinária (Concursos públicos com ingresso em 2026)

Considerando os editais de 2025, temos a expectativa de 2.288 novas emissões de CIF em 2026, sem considerar os candidatos sub judice, sendo:

- a) Concurso PF-2025 - carreiras policiais: 2000 nomeações, sendo 1.000 vagas do edital em 2026 e adicional de 1.000 em 2027;

7.4. Estimativa da necessidade para 2026 e anos subsequentes

Projeção do CMA para os próximos 10 anos											
Ano	Alteração dos dados pessoais	Desgaste	Extravio, Furto ou Roubo	Fim da restrição ao porte de arma	Mudança de Cargo	Nova Carteira Funcional	Pedido de Aposentadoria	Primeira Investidura	Decurso da Validade	Outros	TOTAL
2026*	44	116	144	20	15	205	302	1.288	245	15	3.394
2027*	44	116	144	20	15	205	302	1.096	10.000	15	11.957
2028	44	116	144	20	15	205	302	55	245	15	1.161
2029	44	116	144	20	15	205	302	55	245	15	1.161
2030*	44	116	144	20	15	205	302	1.800	245	15	2.906
2031*	44	116	144	20	15	205	302	900	245	15	2.006
2032	44	116	144	20	15	205	302	55	245	15	1.161
2033	44	116	144	20	15	205	302	55	245	15	1.161
2034*	44	116	144	20	15	205	302	1.800	245	15	2.906
2035*	44	116	144	20	15	205	302	900	245	15	2.006
Média	44	116	144	20	15	205	302	800	1.220	15	2.882
<i>* Nomeações decorrentes de concurso público</i>											
<i>OBS2: Considerar que 2027 é ano de perda da vigência de 10.000 cartões de identificação.</i>											
<i>OBS3: Considerar margem técnica de segurança de 20%, ou seja, o CMA é de 3.458 unidades, sendo esperado em 10 anos o consumo de 34.580 unidades.</i>											

O uso de uma margem de segurança é plenamente justificável neste caso, uma vez que as nomeações podem superar o previsto, precisam ser consideradas as nomeações sub judice e as demandas administrativas são imprevisíveis, ou seja, também podem superar a expectativa anual. Manter um estoque reduzido pode resultar em risco de desabastecimento, interrupção do serviço de emissão de CIFs pelo INI, necessidade de contratações emergenciais mais onerosas.

Em 2027, os cartões funcionais emitidos em 2017 perderão a validade (validade de 10 anos), portanto estima-se a substituição de cerca de 10.000 CIFs. Ainda que o normativo exija apenas a troca do cartão, historicamente, observa-se que, após 10 anos de uso, boa parte dos porta funcionais apresenta desgaste acentuado, deformações ou deterioração do acabamento.

Dessa forma, o consumo médio anual (CMA) esperado era de 2.882 unidades e considerando a margem de 20% (576), passa a ser de **3.458 unidades**.

7.5. Conclusão

A estimativa da necessidade dessa contratação, para atender da demanda de **emissão de CIFs em 2026 é de 3.458 unidades**. Considerando a vigência de contratos de fornecimento continuado, temos a possibilidade de prorrogação sucessiva deste contrato por até 10 anos, absorvendo a necessidade variável dos anos seguintes.

Os bens serão entregues em 2 parcelas, a primeira com quantitativo definido por cargo, uma vez que a demanda é resultante do atendimento ao concurso PF-2025. A segunda parcela, o quantitativo por cargo dependerá será baseado na estimativa de demanda para o restante do ano.

O prazo de entrega para cada parcela será de 60 (sessenta) dias após a assinatura da Ordem de Fornecimento correspondente. Caso o quantitativo solicitado exceda da demanda registrada, os itens excedentes serão armazenados no SEPEX, para utilização nos próximos atendimentos de pedido de CIF via sistema.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 554.213,66

Conforme Contrato nº 06/2023 - CGAD/DLOG último contrato de aquisição de porta funcionais, o valor unitário efetivamente pago por item foi de **R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais)**, valor vigente na data de 13/04/2025, um dia antes do encerramento do contrato anterior.

FONTE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
Contrato nº 06/2023 - CGAD/DLOG	R\$ 147,00	R\$ 588.000,00
Cotação de mercado - Nova SICILIANO	R\$ 195,00	R\$ 780.000,00
Compra: 90011/2024 (painel de preços)	R\$ 165,00	R\$ 660.000,00
Compra: 90028/2024 (painel de preços)	R\$ 162,60	R\$ 650.400,00
Compra: 90021/2024 (painel de preços)	R\$ 141,76	R\$ 567.040,00
MÉDIA	R\$ 160,27	R\$ 649.088,00

Considerando a **demanda anual de 3.458 unidades**, o valor total da contratação é estimado em **R\$ 554.213,66**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Ainda que seja regra, o parcelamento das soluções a serem contratadas, essa não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente com a perda de economia de escala. O foco principal da contratação pretendida é um só: a confecção e o fornecimento de PORTA FUNCIONAIS para compor o conjunto de identificação funcional dos servidores da Polícia Federal.

Assim, a licitação é composta por apenas um único item, com adjudicação do objeto a apenas uma empresa, visando evitar perda de confidencialidade, padronização do serviço a ser executado e do controle da numeração sequencial, e por conseguinte, melhorando a segurança do conjunto funcional confeccionado exclusivamente pela Polícia Federal. Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da solução não é possível nesse caso.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O objeto integra o conjunto de identificação funcional (CIF) com o cartão de identidade funcional, autuado sob nº 08203.000472/2020- 40, objeto do contrato nº 69/2021-CGAD/DLOG/PF.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Conforme encerramento do contrato em 14/03/2025, por esgotamento do objeto, não havia necessidade imediata de uma aquisição de grande porte, já que existia estoque de porta funcionais para o atendimento das demandas recorrentes e normais. Por esse motivo, não foi solicitada inclusão desta contratação no PGC 2025, no momento do planejamento no ano anterior.

Entretanto, em 2025 foram realizados dois concursos públicos para a Polícia Federal (carreira policial e carreira administrativa), quantitativo este que requer uma compra de montante atipicamente maior que a demanda regular. Diante desse contexto, foi feita inclusão desta contratação no PGC/2025 de forma extemporânea.

Para o ano de 2026, esta contratação foi prevista por meio do DFD Nº 468/2025, contemplando, assim, a possibilidade de algumas etapas do processo licitatório se desenrolarem ao longo do próximo ano, o que demonstra o alinhamento entre a contratação e o planejamento da Instituição.

Com relação à sustentabilidade, essa contratação também está alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável – PDLS 2026/2027, tendo em vista que tem firmado parcerias com instituições para destinação adequada de bens recolhidos ou trocados, ação que integra o Eixo 5: Inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Garantir a continuidade de prestação de serviço de expedição do documento de identificação funcional dos integrantes da Carreira Policial Federal e dos servidores do PECPF, garantido a segurança de acessos, porte de arma policial, ampliando a credibilidade e protegendo a imagem institucional da Polícia Federal.

Reforçar os estoques de porta funcional para atender eficientemente às demandas da instituição.

13. Providências a serem Adotadas

Por se tratar da aquisição de bem portátil, de uso pessoal e funcional, não há necessidade de adequação do ambiente, nem de capacitação específica de servidores para a execução da contratação ou para a fiscalização do objeto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Sobre a destinação final dos resíduos, conforme previsto pela IN nº 112-DG/PF/2017, o INI é responsável por destruir os materiais funcionais devolvidos após registro no histórico do servidor. Tais materiais são destruídos de forma periódica por incineração, processo que é acompanhado por servidores designados por meio de portaria. As empresas que realizam esse procedimento devem ser licenciadas pelo órgão de fiscalização ambiental competente, além de tomar os devidos cuidados para impedir que resíduos sejam lançados no meio ambiente sem prévio tratamento.

Em todo caso, cumpre salientar que a responsabilidade pelo descarte dos resíduos não compete à contratada, mas sim ao INI, uma vez que a própria Lei Nº 12.305-2010, que trata da política nacional de resíduos sólidos, especifica no art. 33 os tipos de resíduos sólidos que obrigam a realização de logística reversa, porém, o couro e o brasão de latão não estão entre esses materiais, apenas o plástico.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando todo o exposto, há de se reconhecer que a contratação pretendida é perfeitamente viável, pois nada mais será do que a continuidade do fornecimento de Porta Cartões de Identidade Funcional para que o INI possa seguir atendendo as demandas de Conjuntos de Identificação Funcional.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABRICIO SCHOMMER KERBER

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 04/02/2026 às 17:53:31.

ALEX HALTI CABRAL

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 02/02/2026 às 11:39:33.

Despacho: 40886178

CLAUBER FRANCO MIRANDA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/02/2026 às 12:22:55.

Despacho: 42182606

JOSELITO CARNEIRO NEVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/02/2026 às 17:24:32.

Despacho: 42182606

RODRIGO EMANUEL BRUNO CLEMENTE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/02/2026 às 11:53:13.

Despacho: 42182606

CAMILA FRANCO LOBATO ARAUJO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/02/2026 às 17:13:01.

Despacho: 42182606

DANIELLE TRINDADE DE SOUZA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 04/02/2026 às 11:39:18.

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Carteira de couro

1. O Porta Funcional, item integrante do Conjunto de Identificação Funcional da Polícia Federal é composto de carteira de couro e distintivo metálico. A carteira de couro será composta de um corpo principal, formato tipo “livro” (abertura vertical) em couro medindo aberto 150 x 100 mm, +- 2,0 mm e fechado 75 x 100 mm, +- 2,0 mm aberto, tendo 2,5 mm de espessura, +- 0,5 mm. Na capa (aba nº 2, da visão externa - figura 4) haverá uma gravação em baixo relevo, sem uso de tinta ou película, devendo ser centralizada no livro nas suas dimensões horizontal e vertical, e feita de forma homogênea. A profundidade aplicada deve ser uniforme e feita de maneira que garanta a qualidade do Porta Funcional e a perfeita legibilidade dos dizeres em condições normais de uso.
2. Na parte superior ao centro haverá a gravação do "BRASÃO ARMAS DA REPÚBLICA" medindo 35mm de altura x 32,67 mm de largura, +- 1,0 mm, e logo abaixo do mesmo haverá outra gravação em linha reta com letra modelo Arial de 7,0 mm de altura com os dizeres "POLÍCIA FEDERAL", +- 0,5 mm. (FIGURA 1).
3. Internamente, na aba nº 1 (visão interna – FIGURA 1), em forma de bolso, será afixado o distintivo, emblema + listel do cargo (FIGURA 2), da Polícia Federal em metal, medindo o emblema 45 mm de altura x 36 mm largura, +- 1,0 mm, e o listel do cargo, medindo 8 mm de altura x 36 mm de largura, +- 0,5 mm. As cores do emblema deverão seguir o padrão da Polícia Federal, conforme FIGURA 3.
4. A carteira de couro será confeccionada em couro bovino (vacum) legítimo, com tingimento atravessado e pigmento na cor preta.
5. A pelaria a ser utilizada deverá ter classificação tipo “A” padrão Exportação, as peles deverão ter um toque encartonado, a flor deverá ser semi-integral estampada com chapa lisa a fim de reduzir o relevo e dar o aspecto de “liso” ao couro, o semibrilho do tingimento será do tipo médio. A espessura das peles será de 10 (dez) linhas no mínimo e 12 (doze) linhas no máximo. O tingimento das peles deverá atravessar o

carnal e a flor, devendo ser firme e não se soltar mesmo quando submetido a umidade, o pigmento será na cor PRETA. As peças de couro que compõem a “carteira” terão as bordas chanfradas em 7,0 mm (da borda para o centro) reduzindo a espessura nas bordas para 6 (seis) a 8 (oito) linhas. O chanframento é necessário a fim de garantir o melhor acabamento nas dobras (orlas) e cantos que deverão ter ângulo reto de 90° (noventa graus) e as dobras internas dos cantos se ajustarem perfeitamente em sentido transversal sem se sobreporem uma sobre a outra. Tolerância máxima Permitida de + ou – 5% (cinco por cento).

FIGURA 1 - PORTA FUNCIONAL (IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA)



FIGURA 2 - EMBLEMA E LISTEL (IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA)

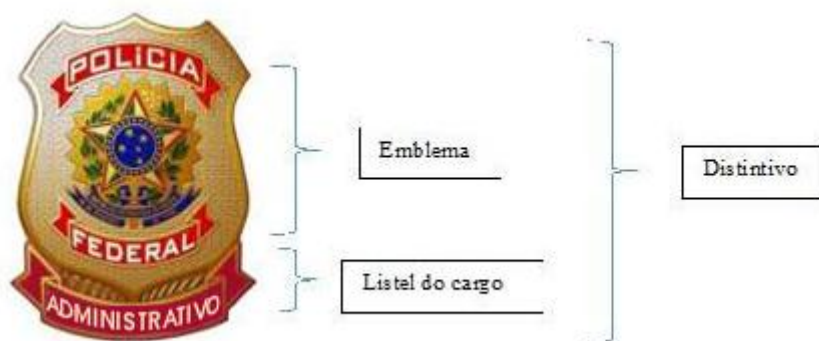


FIGURA 3 - PADRÃO DE CORES DO EMBLEMA DA POLÍCIA FEDERAL

Padrão de cores

Os padrões de cores do Emblema da Polícia Federal devem ser respeitados conforme indicado:

CMYK (Cyan, Magenta, Yellow, Black) é um sistema de cores que, combinadas, podem gerar outras cores. Utilizado como padrão em impressão e trabalhos gráficos.

A correta utilização das cores é fundamental para a manutenção do padrão da logomarca. Abaixo estão demonstradas as cores no padrão CMYK.

O Guia Pantone® é uma tabela de cores padrão universal, utilizado na indústria gráfica. Cada cor existente nesse guia possui um número.

A versão da logomarca em cores da escala Pantone® deve ser utilizada em métodos de impressão em que as 4 cores não obtêm resultado satisfatório.

PANTONE® BLACK C	PANTONE® 294 C
PANTONE® 873 C	PANTONE® 2945 C
PANTONE® 1797 C	PANTONE® YELLOW
PANTONE® 1807 C	PANTONE® 1225 C
PANTONE® 356 C	



C: 097 M: 079 Y: 007 K: 000	C: 000 M: 000 Y: 000 K: 100
C: 100 M: 052 Y: 000 K: 025	C: 000 M: 020 Y: 060 K: 020
C: 000 M: 005 Y: 100 K: 000	C: 000 M: 085 Y: 100 K: 015
C: 000 M: 020 Y: 100 K: 000	C: 015 M: 085 Y: 100 K: 035
	C: 100 M: 000 Y: 100 K: 000

Originais da Marca

Deve-se respeitar o padrão estabelecido de assinaturas sem alterar proporções, distâncias e posicionamento dos elementos construtivos do Emblema da Polícia Federal.



Versão 01 (uma) cor com meio-tom
para uso com uma cor de impressão



Versão 01 (uma) cor - traço
Utilizada quando a reprodução de meios-tons não são possíveis ou comprometem a qualidade.

6. A estrutura será construída por meio de 2 (dois) cortes retangulares de papel Bob Kraft 420 g/m2 ou similar que serão aplicados (colados) na parte interna do couro da capa e no bolso interno que será fixado o brasão.
7. O forro será em tecido maquinado composto de fios 100% Poliéster, na cor preta, com urdume poliéster 75/36 e trama de 150/48-22 fios por cm2, estrutura de 36 x 22 fios, ligamento tipo tela com zero de torção, gramatura de 60 g/m2 a

90 g/m² recoberto por uma camada de resina super goma, a fim de evitar o desfiamento nas bordas e para encartonamento. O forro não poderá soltar tinta que manche o visor plástico. Tolerância máxima Permitida de + ou – 5% (cinco por cento).

8. Na aba nº 1, visão externa (Figura nº 1), haverá uma gravação a laser com o emblema da Polícia Federal e uma numeração sequencial no centro da parte inferior do couro. O Brasão da Polícia Federal deverá ter 15mm de altura x 12 mm de largura, e na parte direita, superior à numeração sequencial deverá constar a inscrição “POLÍCIA” e “FEDERAL” em duas linhas, na fonte Arial, tamanho 6. Logo abaixo, haverá um número sequencial de 5 (cinco) dígitos, com inscrição em fonte Arial, tamanho 8, o qual deverá ser correspondente ao mesmo número gravado no verso do brasão em metal (FIGURA 6). Todas as impressões deverão ser na letra Arial, segue modelo da gravação na FIGURA 4.

**FIGURA 4 - GRAVAÇÃO NA ABA Nº 1, VISÃO EXTERNA
(IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA)**



9. O visor plástico, que será aplicado na aba nº 2, visão interna – FIGURA 1, será composto de um corte retangular de PVC (Filme Plastificado Composto 100% Policloreto de Vinila), tipo cristal transparente, com espessura mínima de 0,30 mm, com gramatura de 220g/m² a 270 g/m², a transparência mínima é de 90,0%, incolor.
10. A união dos componentes (couro, papel e forro) será por meio de colagem resistente e a costura será em linha com a composição de filamento de 100% poliamida 6.6, de alta tenacidade, com acabamento bonderizado e lubrificado,

resistência à ruptura de no mínimo 1,8 Kgf, alongamento à ruptura de no mínimo 18%. A linha a ser utilizada na agulha com ponta de lança será a de nº 90 e a linha a ser utilizada na canelinha a de nº 90. A costura com esta linha se dará por meio de agulha de aço especial do tipo “ponta de lança” nº 11, de forma a dar melhor ajustamento aos pontos e para se garantir a uniformidade dos pontos que deverão estar rigorosamente com 2,0 mm de distância (Tolerância de + ou – 10% (dez por cento) um do outro e com arremates ao final das costuras de no mínimo 3 (três) pontos. A costura deverá ser realizada em máquina tipo industrial pneumática e computadorizada programada para os ajustes aqui estabelecidos. A costura do plástico deve ser realizada de forma que não comprometa sua resistência.

Distintivo metálico

1. O distintivo (emblema + listel do cargo) da POLÍCIA FEDERAL será estampado em metal nobre, não ferroso (latão) com espessura de 2,0 mm, +- 0,5 mm, medindo 53 mm de altura, +-1,0 mm e 36 mm de largura, +-1,0 mm. No espaço entre o emblema da Polícia Federal e o listel do cargo, o metal deverá ser esmaltado na cor preta, conforme FIGURA 5 deste Anexo.
2. A peça será banhada (uniformemente, sem defeitos, bolhas ou microfissuras) em liga metálica visando evitar o escurecimento, preservando a cor dourada (referência da cor constante na FIGURA 3, pintado com resina de poliéster e posterior aplicação de resina epóxi transparente, de forma a uniformizar a superfície. A superfície do distintivo, após aplicação da resina, deve ficar plana e sem relevos sensíveis ao toque.
3. A aplicação da resina deve ser feita de forma tal que não sejam visíveis bolhas ou arranhões que possam comprometer a qualidade ou legibilidade do distintivo. A resina deve ter resistência suficiente para impedir que pequenas partículas de sujeiras arranhem o polimento.
4. O emblema terá o formato de um escudo estilizado, estampado em alto e baixo relevo lembrando um escudo polonês, com todo o campo da base principal em

jalne polido, com rugosidades semelhantes a grãos de ouro. Em chefe aparece um listel (faixa) em goles (vermelho opaco), onde se insere a palavra “POLÍCIA” com letras em banho de níquel na cor prata e em contra chefe outro listel (faixa), também em goles (vermelho opaco) onde se insere a palavra “FEDERAL” também com letras em banho de níquel na cor prata. (obs.: em heráldica, a cor “prata” traduz-se como “branco”). As cores e fonte do listel do cargo deverão seguir as mesmas utilizadas nos listeis dos dizeres “POLÍCIA FEDERAL”.

5. A fonte utilizada no emblema deve ser a FRUTIGER, e as cores devem seguir as referências dispostas no padrão de cores do emblema da Polícia Federal, conforme FIGURA 3 e o Decreto nº 98.380/1989, de 9 de novembro de 1989, mais especificamente o anexo I. No caso de emblemas na forma de distintivos, deve ser usada a descrição em heráldica, sendo respeitadas as cores: *jalne (ouro)*, *goles (vermelho)* e *prata (branco)*. Entende-se que, tendo em vista o processo produtivo de pigmentação, serão admitidas pequenas variações das cores no padrão estabelecido, a ser verificada a admissibilidade da variação pela contratante.
6. Em contra chefe, abaixo do emblema, mas fundido em uma só peça com ele, outro listel (faixa), em goles (vermelho opaco) onde se insere um dos seguintes cargos: DELEGADO, PERITO, PAPILOSCOPISTA, AGENTE, ESCRIVÃO e ADMINISTRATIVO; incluindo as variações de gênero para o feminino, apenas nos seguintes casos: DELEGADA, ESCRIVÃ, ADMINISTRATIVA E PERITA (Figura 6). Todas as funções com letras em banho de níquel na cor prata e medindo 4,0 mm de altura, +- 0,2 mm e a largura das letras deverá ser compatível com a largura total do listel do cargo, devendo o cargo estar legível (FIGURA 5).
7. O listel de identificação do cargo deve seguir o mesmo padrão de cores e fontes dos outros listeis.

FIGURA 5 - VARIAÇÕES MASCULINAS DO DISTINTIVO METÁLICO.



FIGURA 6 - VARIAÇÕES FEMININAS DO DISTINTIVO METÁLICO.



8. A frente do emblema seguirá o padrão estabelecido pelo Manual de Identidade Visual da Polícia Federal e o Decreto nº 98.380/1989, de 9 de novembro de 1989, no que se refere às cores e proporções.
9. O verso do distintivo haverá um mosaico de letras dispostas regularmente que de forma continua entenda-se “Polícia Federal” e “Polícia Federal” rotacionada em 180°, em linhas alternadas, com a fonte Arial tamanho 4, tendo ao centro a gravação de um código numérico sequencial de 5 (cinco) dígitos gravados a laser sobre as micro letras, que deverá ser igual ao sequencial localizado na aba nº 1, visão externa, mais embaixo haverá uma gravação em relevo identificando o fabricante, o mês e o ano da fabricação para efeitos de segurança. Todas as gravações em laser deverão ser feitas com fonte Arial, tamanho 10, conforme modelo figura nº 7.
10. No coração do emblema destacam-se as armas nacionais que se descrevem segundo a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, na forma que segue:
11. O escudo redondo será constituído em campo azul-celeste, contendo cinco estrelas de prata, dispostas na forma da constelação Cruzeiro do sul, com a bordadura do campo perfilada de ouro, carregada de estrelas de prata em número igual ao das estrelas existentes na Bandeira Nacional.

FIGURA 7 - VERSO DO DISTINTIVO METÁLICO



12. O escudo ficará pousado numa estrela partida gironada de 10 (dez) peças de sinopla dourada, contornada de 2 (duas) tiras, sendo a interior de goles (vermelha) e a exterior dourada;
13. O todo brocante sobre uma espada, em pala, em punha dourada, guardas de blau salvo a parte do centro que é de goles (vermelha) contendo uma estrela de prata figurará sobre uma coroa formada de um ramo de café frutificado, à destra, e de outro de fumo florido, à sinistra ambos de cor própria, atados de blau, ficando o conjunto sobre um resplendor dourado, cujos contornos formam uma estrela de 20 (vinte) pontas;
14. Em listel (faixa) de blau brocante sobre os punhos da espada, inscrever-se-á, em dourado, a legenda “REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”, no centro, e ainda as expressões “15 de Novembro”, na extremidade destra, e as expressões de “1889”, na extremidade sinistra.
15. A feitura das Armas Nacionais deve obedecer à proporção de 15 (quinze) de altura por 14 (quatorze) de largura.
16. Devido ao tamanho diminuto das estrelas deste subitem, é admissível que elas estejam na cor dourada.